



CRÉDITO
& MERCADO

TCE-RJ
Fls. 691
No. Processo: 221506-9/2021

CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS

PARECER TÉCNICO

W7 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPACOES
MULTIESTRATEGIA





São Paulo/SP, 26 de agosto de 2022.

Destinatário: Aos clientes cotistas do W7 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPACOES MULTISTRATEGIA (CNPJ: 15.711.367/0001-90)

Assunto: Parecer Técnico referente às pautas da Assembleia Geral de Cotistas, a ser realizada no dia 31 de agosto de 2022.

Introdução

Prezados, em atenção à convocação recebida, a fim de auxiliá-los na tomada de decisão dos temas a serem abordados, colocamos:

Pauta

- 1) Aprovação da substituição da atual Administradora como prestadora de serviços, administração, custódia, controladoria e escrituração pela RJI Corretora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA.

PARECER TÉCNICO

1ª) PAUTA

Trata-se de pauta para deliberar sobre a substituição da administradora.

Atualmente o trabalho de administradora compete a PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A, sociedade autorizada pela CVM para prestação de serviços de administração de carteiras de valores mobiliários por meio do ato declaratório CVM nº 9.468/07.

Importante destacar que não há qualquer impedimento na aprovação da substituição de prestadores de serviços não elegíveis pelas novas regras da resolução CMN nº 4963/21, desde que este cumpra com os pré-requisitos estabelecidos pelo Ofício Circular nº 5/2021.

Neste documento introduz critérios relacionados aos administradores e gestores que não estejam enquadrados nos requisitos estabelecidos pela resolução 4.963/21:

2. Para fundos de investimento cujos administradores e gestores não estejam enquadrados nesses requisitos, devem tais agentes: a) buscar o devido reenquadramento da situação do fundo, o que implica, necessariamente, que sejam encontrados substitutos para uma dessas funções considerados como elegíveis nos termos da citada regulamentação; ou b) quando essas tentativas se mostrarem infrutíferas, promover a liquidação do fundo, mediante a apresentação de plano de



liquidação, objetivamente definido, a ser deliberado pelos cotistas em assembleia própria convocada para esse fim.

Conforme citado acima, apesar da nova administradora e gestor do fundo estarem desenquadrados perante a atualização da lista exaustiva, a proposta do novo administrador é apresentar um plano de liquidação que atende as condições para administrar e gerir fundos de investimentos como previsto no ofício circular nº 5.

O regulamento vigente conta com os seguintes valores cobrados pelos serviços de administração do fundo:

Artigo 12 – O ADMINISTRADOR e o GESTOR farão jus à "taxa de Administração", que equivalerá ao montante de 1,45% a.a. (um inteiro e quarenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o Patrimônio Líquido do FUNDO ("Taxa de Administração"), sendo que:

Parágrafo Primeiro – Pelo serviço de administração, tesouraria, escrituração e controladoria, a Administradora fará jus à remuneração correspondente a 0,11% (onze centésimo por cento) ao ano sobre o patrimônio líquido do Fundo, sendo que, em nenhuma hipótese poderá ser inferior a R\$ 8.000,00 (oito mil reais) por mês, sendo que este valor será atualizado pelo Índice Geral de Produtos ao Mercado-IPGM, divulgado pela Faculdade Getúlio Vargas-FGV, a cada 12 (doze) meses, contados de seu início de funcionamento do Fundo.

Parágrafo Segundo - A Taxa de Administração será apropriada e paga mensalmente como despesa do FUNDO até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente.

Parágrafo Terceiro - Adicionalmente à Taxa de Administração prevista no *caput* deste artigo, será paga pelo FUNDO ao DISTRIBUIDOR uma Taxa de Distribuição, de até 1% (um por cento) do volume das Cotas da primeira emissão efetivamente subscritas e integralizadas, uma única vez, no momento da integralização das Cotas, mediante assinatura de instrumento particular próprio.

Parágrafo Quarto – Não há taxa de ingresso ou saída do FUNDO.

Artigo 12 A- É devida pelo Fundo, ao custodiante, a taxa máxima de custódia de 0,01% (um centésimo por cento) ao ano sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo.

Parágrafo Único – A referida remuneração do *caput* deste artigo, não está incluída e não será deduzida da Taxa de Administração prevista no *caput* do artigo 12º.



Artigo 13 – Adicionalmente às remunerações previstas no artigo 12, acima, o GESTOR receberá uma taxa de performance auferida em virtude do resultado do FUNDO, equivalente a 20% (vinte por cento) da rentabilidade do capital integralizado pelos Cotistas, já deduzidas todas as taxas e despesas pagas pelo FUNDO, inclusive a Taxa de Administração, que exceder o Indexador, calculada de acordo com a seguinte fórmula (“Taxa de Performance”):

$$\begin{aligned} &\text{se } (Cc - VDa) \geq 0 \\ &P = 20\% [V - (Cc - VDa)], \text{ se } P > 0 \end{aligned}$$

$$\begin{aligned} &\text{se } (Cc - VDa) < 0 \\ &P = 20\% V, \text{ se } P > 0 \end{aligned}$$

Sendo:

P = Taxa de Performance.

V = Significa:

Dito isso, a proposta da RJI conta com os seguintes valores:

4.1 Serviços de Administração Fiduciária (RJI CTVM):

Pelos serviços de Administração Fiduciária, será cobrado do Fundo como remuneração a RJI CTVM, será cobrada a taxa de **0,30% a.a.**, calculada e acumulada diariamente considerando o valor diário do patrimônio líquido do Fundo com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, ou um valor mensal de **R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)**, corrigido anualmente pelo IGP-M, o que for maior, (“Remuneração”);

- A Remuneração será calculada e paga diretamente pelo Fundo ao ADMINISTRADOR, mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

4.2 Serviços de Custódia, controladoria e escrituração (RJI CTVM):

Pelos serviços de custódia, controladoria e escrituração, será cobrado do Fundo, como remuneração à RJI CTVM, a taxa de **0,10% a.a.**, calculada e acumulada diariamente considerando o valor diário do patrimônio líquido do Fundo com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, ou um valor mensal de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**, corrigido anualmente pelo IGPM, o que for maior. (“Remuneração”);

- Caso os serviços de custódia e controladoria não sejam prestados pela RJI CTVM, será respeitada a tabela do prestador de serviço contratado, e integralmente repassado ao Fundo.

Conforme tabela abaixo, fizemos um comparativo de como ficaria a taxa administrativa do respectivo fundo:

-	PLANNER	RJI
PL (base 02-2022)	R\$ 136.306.351,20	
Taxa de Administração:	1,45%	0,30%
Total sobre o Patrimônio	R\$ 1.976.442,09	R\$ 408.919,05

Pode se notar que à uma vantagem equiparada ao custeio da administração que se encontra vigente.



CRÉDITO
& MERCADO

Importante ressaltar também que em material disponibilizado, a administradora menciona que seu objetivo único e exclusivo seria a aprovação do plano de desinvestimento e liquidação do fundo, sendo o plano elaborado pelo gestor dentro do prazo de 90 dias sendo contados a partir da deliberação dos cotistas desta assembleia.

Desta forma, entendemos pela **APROVAÇÃO** da pauta.

Permanecemos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Renan Calamia

Pós-Graduação em Advanced Program in Finance
CEA e CGA Anbima / Economista
Consultor de Valores Mobiliários

Ana Paula Cruz

Graduada em Direito
Analista de Investimentos.



DISCLAIMER

Este documento (caracterizado como relatório, parecer ou análise) foi preparado para uso exclusivo do destinatário, não podendo ser reproduzido ou distribuído por este a qualquer pessoa sem expressa autorização da empresa. As informações aqui contidas são somente com o objetivo de prover informações e não representa, em nenhuma hipótese, uma oferta de compra e venda ou solicitação de compra e venda de qualquer valor mobiliário ou instrumento financeiro. Trata-se apenas uma OPINIÃO que reflete o momento da análise e são consubstanciadas em informações coletadas em fontes públicas e que julgamos confiáveis. A utilização destas informações em suas tomadas de decisão e consequentes perdas e ganhos não nos torna responsáveis diretos. As informações aqui contidas não representam garantia de exatidão das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade delas, e não devem ser consideradas como tais. As informações deste documento estão em consonância com as informações sobre os produtos mencionados, entretanto não substituem seus materiais oficiais, como regulamentos, prospectos de divulgação e outros. É recomendada a leitura cuidadosa destes materiais, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo, aos riscos e à política de investimento dos produtos. Todas as informações podem ser obtidas com o responsável pela distribuição, gestão ou no site da CVM (Comissão de Valores Mobiliários). Sua elaboração buscou atender os objetivos de investimentos do cliente, considerando a sua situação financeira e seu perfil. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura e os produtos estruturados e/ou de longo prazo possuem, além da volatilidade, riscos associados à sua carteira de crédito e estruturação. Os riscos inerentes aos diversos tipos de operações com valores mobiliários de bolsa, balcão, nos mercados de liquidação futura e de derivativos, podem resultar em perdas aos investimentos realizados, bem como o inverso proporcionalmente. Todos e qualquer outro valor exibido está representado em Real (BRL) e para os cálculos, foram utilizadas observações diárias, sendo sua fonte o Sistema Quantum Axis e a CVM. A contratação de empresa de consultoria de valores mobiliários para a emissão deste documento não assegura ou sugere a existência de garantia de resultados futuros ou a isenção de risco. Cabe a consultoria de valores mobiliários a prestação dos serviços de orientação, recomendação e aconselhamento, de forma profissional, independente e individualizada, sobre investimentos no mercado de valores mobiliários, cuja adoção e implementação sejam exclusivas do cliente. Na apuração do cálculo de rentabilidade da carteira de investimentos são considerados os recursos descritos no art. 6º da Resolução CMN nº 4.963/2021, provenientes do recolhimento das alíquotas de contribuição dos servidores, exclusivamente com finalidade previdenciária, excluindo qualquer tipo de recurso recebidos com finalidade administrativa, em consonância com a Portaria nº 402/2008, art. 15, inciso III, alínea "a". Os RPPS devem estar adequados às normativas pertinentes e principalmente a Portaria nº 519/2011 e suas alterações, além da Resolução CMN nº 4.963/2021, que dispõem sobre as aplicações dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social, instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências.